

EDITAL VERTICALIZADO – MPU – ANALISTA (DIREITO)

Olá, pessoal! O meu nome é **Herbert Almeida**.

Sou **professor** de Direito Administrativo, Administração Financeira e Orçamentária e Controle Externo. Além disso, sou **mentor** de concursos, sendo que meus alunos já obtiveram grandes resultados nas primeiras colocações, em concursos como TCU, Senado, Câmara dos Deputados, TCE SC e muito mais.

Preparei esse **edital verticalizado** para facilitar o seu controle dos conteúdos programáticos do **Ministério Público da União**. Abaixo, você verá uma sugestão de como utilizar este material.

Gostaria também de convidá-lo a participar da **Jornada da sua Aprovação para o MPU**, que será iniciada no dia **13/1/2025, às 19h** (gratuitamente). Nesta oportunidade, vou apresentar algumas técnicas mais sofisticadas de estudos, para que você alcance os melhores resultados no MPU. Também vou abrir **poucas vagas para a mentoria do MPU**, formada por alunos **comprometidos e que desejam buscar a aprovação**.

Se você tiver interesse em **trabalhar pesado para alcançar um grande resultado**, inscreva-se na nossa lista de espera (link abaixo) e marque na sua agenda para nos acompanhar na segunda dia 13.

Inscreva-se na Jornada do MPU e entre na lista de espera da nossa mentoria:

<https://herbertalmeida.com.br/mpu-a-jornada-da-sua-aprovacao-inscricao/>



Dicas para uso do edital verticalizado:

Você pode imprimir o arquivo ou utilizá-lo em formato digital, no tablet ou no computador (recomendo o uso digital). Utilize marca-texto (físico ou um marcador de PDF do tablet ou computador) em diferentes cores para classificar seu estudo em cada item do edital. Abaixo algumas recomendações:

Assunto que já estudei uma vez

Assunto que já estudei e revisei

Assunto que já estudei, revisei o suficiente (em tese, só vou precisar voltar nas revisões de véspera)

Assunto que optei por ignorar, pois tem baixa incidência em prova e não vai dar tempo de estudar

Assunto chave (muito importante), que devo retomar em algum momento

Caso você opte por imprimir o material, faça apenas um “check” ao lado com o marca-texto, uma vez que não será possível “alterar” a marcação no futuro. Por exemplo: o assunto abaixo já foi estudado. Logo, dei um ✓ com o marca-texto. Depois, revisei o tema e fiz um novo ✓, simbolizando a revisão.

Direitos e garantias fundamentais ✓ ✓

Essas marcações são apenas sugestões e, na maior parte dos casos, não será possível estudar, revisar e “revisar o suficiente”. Mesmo assim, é um meio eficiente de controlar os seus estudos.

MÓDULO I

Língua Portuguesa (para todos os cargos)

Interpretação e Compreensão de texto.

Organização estrutural dos textos.

Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção;
características específicas de cada modo.

Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório;
características específicas de cada tipo.

Textos literários e não literários.

Tipologia da frase portuguesa.

Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.
Problemas estruturais das frases.

Norma padrão.

Pontuação e sinais gráficos.

Organização sintática das frases: termos e orações.
Ordem direta e inversa.

Tipos de discurso.

Registros de linguagem.

Funções da linguagem.

Elementos dos atos de comunicação.

Estrutura e formação de palavras.

Formas de abreviação.

Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

Polissemia e ambiguidade.

Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

Ortografia e acentuação gráfica.

A crase.

Noções de Sustentabilidade (para todos os cargos)

Do Meio Ambiente (Constituição Federal de 1988, Art. 225).

Conceito de Desenvolvimento Sustentável (Relatório Brundtland).

Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (antigo Ministério do Meio Ambiente).

Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009).

Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e suas alterações e Decreto nº 10.936/2022).

Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações).

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000 e suas alterações).

Lei da cooperação federativa em matéria ambiental (Lei Complementar nº 140/2011).

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade (para todos os cargos)

Teoria geral dos direitos fundamentais.

Direitos Humanos e

Direitos Fundamentais.

Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Agenda 2030 da ONU.

Política Nacional de Direitos Humanos.

A constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos.

Pacto de São José da Costa Rica e Decreto nº 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).

Noções gerais de gênero e equidade.

Estatuto de igualdade racial (Lei nº 12.288/2010 e suas alterações).

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 e suas alterações).

Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e suas alterações).

Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei nº 10.048/2000 e suas alterações).

Noções de Administração Pública (para todos os cargos, exceto para o cargo t01 - Técnico do MPU / administração)

Conceitos básicos em administração: eficiência, eficácia, efetividade, qualidade;
papéis do administrador.

Organização:

princípios de organização;
tipos de estrutura organizacional;
departamentalização;
centralização e descentralização.

Funções da administração:

planejamento,
organização,
direção e
controle.

Planejamento:

princípios e conceitos básicos,
níveis estratégico, tático e operacional.

Gestão de processos: conceitos, fundamentos, técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos.

Gestão por competências:

competências organizacionais, coletivas e individuais;
desenvolvimento de competências.

Comportamento organizacional:

liderança;
motivação;
atitudes e satisfação no trabalho;
trabalho em equipe;
comunicação;
cultura organizacional.

Administração Pública: definição;

evolução dos modelos da administração pública (patrimonialista, burocrática e gerencial);
reformas administrativas.

Transformação Digital na Administração Pública.

Tecnologia no contexto jurídico.

Automação do processo.

Inteligência Artificial.

Blockchain e Algoritmos.

Resolução CNMP nº 276/2023 - Dispõe sobre a Política Nacional do Ministério Público Digital - MP Digital.

MÓDULO II

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL (PARA TODOS OS CARGOS)

Lei Complementar nº 75/1993.

Lei nº 13.316/2016 e suas alterações.

Portaria PGR/MPU nº 98/2017 (Código de Ética e de Conduta do MPU e da ESMPU).

Portaria PGR/MPU nº 247/2023 (Programa de Integridade do Ministério Público da União).

DIREITO CONSTITUCIONAL.

Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações.

Supremacia da Constituição.

Poder Constituinte.

Aplicabilidade das normas constitucionais.

Normas de eficácia plena, contida e limitada.

Normas programáticas.

Interpretação das normas constitucionais.

Controle de constitucionalidade.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais.

Direitos e garantias fundamentais.

Direitos e deveres individuais e coletivos,

direitos sociais,

direitos de nacionalidade,

direitos políticos,

partidos políticos.

Organização do Estado.

Organização político administrativa do Estado:

União,

Estados,

Distrito Federal,

municípios e

territórios.

Intervenção.

Administração Pública.

Disposições gerais.

Servidores públicos.

Organização dos Poderes.

Mecanismos de freios e contrapesos.

Poder Executivo.

Atribuições, prerrogativas e responsabilidades do presidente da República.

Poder legislativo.

Estrutura, funcionamento e atribuições.

Processo legislativo.

Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas da União.

Comissões parlamentares de inquérito.

Poder judiciário.

Disposições gerais.

Órgãos do poder judiciário.

Organização e competências.

Conselho Nacional de Justiça.

Composição e competências.

Funções essenciais à justiça.

Ministério Público.

Advocacia Pública.

Defensoria Pública.

Defesa do Estado e das Instituições democráticas.

Sistema Tributário Nacional.

Ordem Econômica e Financeira.

Princípios gerais da atividade econômica.

Finanças Públicas.

Ordem Social.

Habeas corpus.

Mandado de Segurança.

Mandado de Injunção.

Habeas Data.

Os índios na Constituição Federal.

O Ministério Público e a tutela dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios de Direito Administrativo.

Atos Administrativos.

Poderes administrativos.

Uso e abuso do poder.

Organização Administrativa.

Administração Direta e Indireta.

Contratos Administrativos.

Licitações e Contratos.

Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Regime Diferenciado de Contratações Públicas. (verificar possível retificação)

Parcerias Voluntárias: Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Parcerias Público-Privadas.

Lei nº 11.107/2005 e suas alterações.

Processo administrativo.

Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.

Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público.

LINDB. Lei nº 13.655/2018.

Agentes Público e Servidores Públicos.

Lei nº 8.112/1990 e suas alterações. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.

Bens públicos.

Serviços Públicos.

Entidades do Terceiro Setor.

Responsabilidade Civil do Estado.

Controle da Administração Pública.

Conselho Nacional do Ministério Público.

Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa.

Lei nº 12.846/2013 e suas alterações (Lei Anticorrupção).

Intervenção do Estado no Domínio Econômico.

Atividade regulatória da Administração Pública. Competência regulatória.

Agências reguladoras.

Mandado de segurança.

Mandado de segurança coletivo.

Ação civil pública e ação popular.

Ações coletivas.

Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação).

Lei nº 13.709/2018 e suas alterações (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO CIVIL

Lei de introdução às normas do direito brasileiro:

Vigência,
aplicação,
interpretação e
integração das leis.

Conflito das leis no tempo.

Eficácia de lei no espaço.

Pessoas naturais: Existência.

Personalidade.
Capacidade.
Nome.
Estado.
Domicílio.
Direitos da personalidade.
Teoria do mínimo existencial.
Ausência.

Pessoas jurídicas: Constituição.

Extinção.
Domicílio.
Sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações.
Sociedades, fundações.
Desconsideração da personalidade jurídica.
Responsabilidade dos administradores de pessoas jurídicas.

Bens: Diferentes classes.

Ato jurídico.

Fato e ato jurídico.

Negócio jurídico: Disposições gerais.

Classificação, interpretação.
Elementos.
Representação, condição.
Termo.
Encargo.
Defeitos do negócio jurídico.
Validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
Simulação.

Atos jurídicos: Lícitos e ilícitos.

Prescrição e decadência.

Prova.

Obrigações: Características.

Obrigações de dar.

Obrigações de fazer e de não fazer.

Obrigações alternativas.

Obrigações divisíveis e indivisíveis.

Obrigações solidárias.

Obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia.

Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.

Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.

Obrigações líquidas e ilíquidas.

Obrigações principais e acessórias.

Transmissão das obrigações.

Adimplemento e extinção das obrigações.

Inadimplemento das obrigações.

Contratos: Contratos em geral.

Disposições gerais.

Extinção.

Espécies de contratos regulados no Código Civil.

Atos unilaterais.

Responsabilidade civil no Código Civil de 2002.

Responsabilidade ambiental, no âmbito das relações de consumo e a bens de valor paisagístico, urbanístico, histórico e cultural.

Novos danos: danos coletivos e sociais.

Preferências e privilégios creditórios.

Posse.

Direitos reais: Propriedade.

Superfície.

Servidões.

Usufruto.

Uso.

Habitação.

Direito do promitente comprador.

Laje.

Direitos reais de garantia.

Direito das famílias.

Relações entre cônjuges e companheiros.

Filiação e guarda dos filhos.

Reconhecimento de filhos e adoção.

Convenção de Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional de 1993.

Estado de filiação e direito à origem genética.

Adoção à brasileira.

Atuação do Ministério Público no processo de adoção.

Parto anônimo.

Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Direito das relações de consumo): Consumidor.

Fornecedor, produto e serviço.

Direitos básicos do consumidor.

Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos.

Práticas comerciais.

Proteção contratual.

A defesa do consumidor em juízo.

Das Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos.

Papel do Ministério Público Federal.

Marco Civil da Internet.

Lei nº 13.709/2018 e suas alterações (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Estatuto da Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Lei nº 6.766/1979 e suas alterações (Lei de Parcelamento do Solo Urbano).

Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do idoso).

Aspectos civis da violência doméstica.

Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha).

Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero.

Grupos vulneráveis no âmbito privado: índios, quilombolas e povos tradicionais.

Igualdade racial e de gênero.

Resolução CNJ nº 454/2022 e suas alterações.

Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015, suas alterações e legislações especiais.

Princípios gerais do processo civil.

Fontes.

Lei processual civil.

Eficácia.

Aplicação.

Interpretação.

Direito Processual Intertemporal.

Critérios.

Jurisdição.

Conceito.

Característica.

Natureza jurídica.

Princípios.

Limites.

Competência.

Critérios determinadores.

Competência originária dos tribunais superiores.

Competência absoluta e relativa.

Modificações.

Meios de declaração de incompetência.

Conflitos de competência e de atribuições.

Direito de ação.

Elementos.

Condições.

Classificação e critérios identificadores.

Concurso e cumulação de ações.

Conexão e continência.

Processo: Noções gerais.

Relação Jurídica Processual.

Pressupostos Processuais.

Processo e procedimento.

Espécies de processos e de procedimentos.

Objeto do processo.

Mérito.

Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.

Sujeitos Processuais.

Juiz.

Mediadores e Conciliadores.

Princípios.

Poderes.

Deveres.

Responsabilidades.

Impedimentos e Suspeição.

Organização judiciária federal e estadual.

Sujeitos Processuais.

Partes e Procuradores.
Capacidade e Legitimação.
Representação e Substituição Processual.
Litisconsórcio.

Da Intervenção de Terceiros.

Da Assistência.

Da Denúncia da Lide.

Do Chamamento ao Processo.

Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Do Amicus Curiae.

Advogado.

Ministério Público.

Auxiliares da Justiça.

A Advocacia Pública.

Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.

Atos processuais.

Forma.

Tempo.

Lugar.

Prazos.

Comunicações.

Nulidades.

Procedimento comum.

Aspectos Gerais.

Fases.

Petição inicial.

Requisitos.

Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido.

Resposta do réu.

Prazos e preclusão.

Prescrição.

Revelia.

Formação, suspensão e extinção do processo.

Contestação.

Reconvenção.

Das Providências preliminares e do Saneamento.

Julgamento conforme o estado do processo.

Provas.

Audiências.

Conciliação e Mediação.
Instrução e julgamento.
Distribuição do ônus da prova.
Fatos que independem de prova.
Depoimento pessoal.
Confissão.
Prova documental.
Exibição de documentos ou coisas.
Prova testemunhal.
Prova pericial.
Inspeção judicial.
Exame e valoração da prova.
Produção Antecipada de Provas.

Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência.

Fungibilidade.
Princípios Gerais.
Protesto, notificação e interpelação.
Arresto.
Sequestro.
Caução.
Busca e Apreensão.
Exibição.
Justificação.

Sentença.

Conceito.
Classificações.
Requisitos.
Efeitos.
Publicação, intimação, correção e integração da sentença.
Do cumprimento da Sentença.

Coisa julgada.

Conceito.
Espécies.
Limites.
Remessa Necessária.

Meios de impugnação à sentença.

Ação rescisória.
Recursos.
Disposições Gerais.

Apelação.
Agravos.
Embargos de Declaração.
Embargos de Divergência.
Recurso Ordinário.
Recurso Especial.
Recurso Extraordinário.
Recursos nos tribunais superiores.
Reclamação e correição.

Repercussão geral.

Súmula vinculante.

Recursos repetitivos.

Liquidação de Sentença.

Espécies.

Procedimento.

Cumprimento da sentença.

Procedimento.

Impugnação.

Processo de Execução.

Princípios gerais.

Espécies.

Execução contra a Fazenda Pública.

Execução de obrigação de fazer e não fazer.

Execução por quantia certa.

Embargos de terceiros.

Objecção de pré-executividade.

Remição.

Suspensão e extinção do processo de execução.

Procedimentos Especiais.

Generalidades.

Características.

Espécies.

Ação de Consignação em Pagamento.

Ação Monitória.

Ação de Exigir Contas.

Ações Possessórias.

Restauração de autos.

Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/1980 e suas alterações).

Regimento de Custas da Justiça Federal (Lei nº 9.289/1996 e suas alterações).

Ação Popular.

Ação Civil Pública.

Aspectos processuais.

Mandado de Segurança.

Mandado de Injunção.

Mandado de Segurança Coletivo.

O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade.

Dos Juizados Especiais Federais: Lei nº 10.259/2001 e suas alterações.

Dos Juizados Especiais Cíveis: Lei nº 9.099/1995 e suas alterações.

Lei nº 11.419/2006 e suas alterações (Lei do Processo Judicial Eletrônico).

Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PENAL

Fontes do direito penal: Princípios aplicáveis ao direito penal.

Aplicação da lei penal.

A lei penal no tempo e no espaço.

Tempo e lugar do crime.

Lei penal excepcional, especial e temporária.

Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.

Pena cumprida no estrangeiro.

Eficácia da sentença estrangeira.

Contagem de prazo.

Interpretação da lei penal.

Analogia.

Irretroatividade da lei penal.

Conflito aparente de normas penais.

Crime:

classificação, teorias,

o fato típico e seus elementos,

relação de causalidade,

superveniência de causa independente, relevância da omissão, crime consumado e tentado, pena da tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz, arrependimento posterior,

crime impossível, crime doloso, culposo e preterdoloso,

agravação pelo resultado,

concurso de crimes,

erro sobre elementos do tipo, discriminantes putativas, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa, erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição),

coação irresistível e obediência hierárquica,
ilicitude e causas de exclusão, excesso punível.

Culpabilidade, teorias, elementos e causas de exclusão.

Imputabilidade penal.

Concurso de pessoas.

Penas: espécie, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução.

Medidas de segurança.

Ação penal.

Punibilidade e causas de extinção.

Crimes em espécie: contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a família, contra a incolumidade pública, contra a paz pública, contra a fé pública, contra a Administração Pública.

Escravidão contemporânea.

Tráfico de Pessoas.

Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019 e suas alterações).

Execução Penal (Lei nº 7.210/1984 e suas alterações).

Preconceito Racial (Lei nº 7.716/1989 e suas alterações).

Homotransfobia (ADO nº 26 e MI nº 4733).

Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações).

Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações).

Crimes em licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações).

Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997 e suas alterações).

Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações).

Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990 e suas alterações).

Crimes contra a ordem econômica.

Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/1986 e suas alterações).

Crimes contra idosos (Lei nº 10.741/2003 e suas alterações).

Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003 e suas alterações).

Lei antidrogas (Lei nº 11.343/2006 e suas alterações).

Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013 e suas alterações).

Lei "Anticrime" (Lei nº 13.964/2019 e suas alterações).

Crimes previstos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990 e suas alterações).

Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações).

Crimes virtuais e cibersegurança.

Deepweb e Darkweb.

Provas digitais.

Criptomoedas e Lavagem de dinheiro.

Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios gerais e constitucionais do processo penal.

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.

Fontes e Interpretação da Lei processual penal.

Persecução penal.

- Inquérito policial, Termo circunstanciado de ocorrência.

- Comissão parlamentar de inquérito.

- Investigação criminal promovida pelo Ministério Público.

- Outras formas de investigação.

- Arquivamento de inquérito.

- Denúncia.

Sujeitos do processo: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça.

- Impedimentos e suspeições.

Atos processuais: comunicações, citações, intimações e notificações.

Decisões interlocutórias.

Audiência de custódia.

Audiência de instrução.

Sentença: tipos, estrutura, efeitos.

- Fixação da pena.

Jurisdição e competência.

- Crítérios de determinação e modificação de competência.

- Perpetuatio Jurisdictionis.

- Incompetência.

Conexão e continência.

Das questões e processos incidentes.

Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto.

Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado.

Restituição das coisas apreendidas.

Perdimento de bens.

Alienação antecipada de bens.

Da prova: conceito, princípios, finalidade, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação.

Interceptação de comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

- Quebra do sigilo fiscal, bancário e de dados.

Da prisão em flagrante.

Prisão temporária.

Prisão preventiva.

Prisão domiciliar.

Medidas cautelares diversas da prisão.

Liberdade provisória.

Fiança.

Ação penal.

Processo e procedimento.

Pressupostos processuais.

Formas procedimentais.

Procedimento comum ordinário.

Procedimento comum sumário.

Procedimentos Especiais: do Tribunal do Júri, nos crimes de abuso de autoridade, nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, nos crimes contra a honra, nos crimes contra a propriedade imaterial, nas restaurações de autos extraviados ou destruídos.

Das nulidades.

Dos recursos.

Recursos especial e extraordinário.

Coisa julgada.

Revisão criminal.

Habeas corpus.

Mandado de segurança.

Execução Penal.

Competência.

Execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direito e das medidas de segurança. Regimes de cumprimento da pena.

Dos Juizados Especiais Federais Criminais (Lei nº 10.259/2001 e suas alterações).

Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO AMBIENTAL

Direito ambiental constitucional.

Meio ambiente como direito fundamental.

Princípios estruturantes do estado de direito ambiental.

Competências ambientais legislativa e material.

Política Nacional de Meio Ambiente.

Objetivos.

Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos).

SISNAMA: estrutura e funcionamento.

Lei nº 6.938/1981 e suas alterações.

Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações.

Resolução CONAMA nº 01/1986 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA- RIMA).

Resolução CONAMA nº 237/1997 e suas alterações (licenciamento ambiental).

Recursos florestais.

Lei nº 12.651/2012 e suas alterações.

Resoluções CONAMA nº 302/2002 e 303/2002.

Significado de gestão e de concessão florestal.

Espaços territoriais especialmente protegidos.

Áreas de preservação permanente e reserva legal.

Responsabilidades.

Efeito, impacto e dano ambiental.

Poluição.

Responsabilidade administrativa, civil e penal.

Tutela processual.

Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas.

Súmulas e jurisprudência vinculante dos tribunais superiores.

Meio Ambiente.

Teoria Geral do Direito ambiental.

Conceito.

Natureza.

Fontes e Princípios.

Ética Ambiental.

Meio Ambiente na Constituição Federal.

Fundamento constitucional.

Ecologia ou Antropologia.

Estado Constitucional Ecológico.

A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial.

A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.

Política ambiental constitucional.

Deveres ambientais.

Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal.

Direito Ambiental Constitucional.

Competência legislativa em matéria ambiental.

Competências legislativas exclusivas e concorrentes.

Competência material na defesa do meio ambiente.

Bens Ambientais.

Águas, cavidades naturais subterrâneas.

Energia.

Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas.

Recursos naturais da plataforma continental.

Recursos da zona econômica exclusiva.

Sítios arqueológicos e pré-históricos.

Terrenos de marinha e seus acrescidos.

Terrenos marginais.

Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

Regime jurídico.

Princípios da PNMA.

Objeto.

Finalidade.

Instrumentos da PNMA.

Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo. Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central - Ministério do Meio Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor - IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais.

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento. Tipos de Licença (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos.

Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental.

Regime jurídico do licenciamento ambiental.

Conceito jurídico de impacto ambiental.

Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental.

O EIA na legislação nacional.

Competência Legislativa sobre o EIA.

Competência para exigir o EIA.

Estados e Municípios.

Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA.

Normas Gerais.

Conteúdo do EIA.

RIMA.

Audiência Pública.

As licitações e o EIA.

Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas de Uso Industrial - ZUI. Zonas de Uso Estritamente Industrial - ZUEI. Zona de Uso Predominantemente Industrial - ZUPI. Zona de Uso Diversificado - ZUD. Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro. Zoneamento Ecológico-Econômico.

O Dano Ambiental.

Apuração do Dano Ambiental.

Reparação do Dano Ambiental.

Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente.

Infrações Administrativas Ambientais.

Sanções para as infrações administrativas ambientais.

O Poder de Polícia e Direito Ambiental.

Regime jurídico das infrações penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Meios processuais para a defesa ambiental.

Ação Popular.

Ação Civil Pública.

Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente.

Legitimidade ativa.

Mandado de Segurança Individual e Coletivo.

Mandado de Injunção.

Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Desapropriação.

Tombamento.

A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente.

A tutela de urgência e de evidência no direito ambiental.

O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental.

Intervenção de Terceiros stricto e lato sensu.

Recursos.

Crimes contra o meio ambiente.

Responsabilidade penal ambiental.

Responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Ação e processo penal.

Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente.

Crimes ambientais (todos).

Crimes contra a fauna.

Crimes contra a flora.

Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural.

Crimes de poluição.

O Direito Ambiental Internacional.

Conceito.

Fontes do Direito ambiental internacional.

Princípios gerais do direito ambiental internacional.

Mercosul e Direito Ambiental Internacional.

Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço.

As Organizações Não Governamentais.

ONGs.

Política Nacional de Recursos Hídricos.

Política Nacional de Saneamento Básico.

Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Conceito de Poluição.

Poluição das águas.

Poluição Atmosférica.

Poluição por resíduos sólidos.

Poluição por rejeitos perigosos.

Poluição por agrotóxicos.

Poluição sonora.

Áreas de Preservação Permanente.

Unidades de Conservação.

Mudanças Climáticas.

Pagamento por Serviços Ambientais.

Mudança do Clima e Mercado de Carbono.

Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997 e suas alterações).

Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações).

Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999 e suas alterações).

Poluição causada por óleo (Lei nº 9.966/2000).

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000 e suas alterações).

Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005 e suas alterações).

Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006 e suas alterações).

Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006 e suas alterações).

Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007 e suas alterações).

Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009 e suas alterações).

Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e suas alterações).

Lei da cooperação federativa em matéria ambiental (Lei Complementar nº 140/2011).

Código Florestal (Lei nº 12.651/2012 e suas alterações).

Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015).

Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021 e suas alterações).

Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PENAL MILITAR

Aplicação da lei penal militar.

Crime.

Imputabilidade Penal.

Concurso de agentes.

Penas principais.

Penas acessórias.
Efeitos da condenação.
Ação penal.
Extinção da punibilidade.
Crimes militares em tempo de paz.
Crimes contra a autoridade ou disciplina militar.
Crimes contra o serviço e o dever militar.
Crimes contra a Administração Militar.
Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Processo Penal Militar e sua aplicação.
Polícia judiciária militar.
Inquérito policial militar.
Ação penal militar e seu exercício.
Processo.
Juiz, auxiliares e partes do processo.
Denúncia.
Competência da Justiça Militar da União.
Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO DO TRABALHO

Princípios e fontes do direito do trabalho.
Direitos constitucionais dos trabalhadores na Constituição Federal de 1998.
 Direitos Fundamentais do Trabalho.
Relação de trabalho e relação de emprego: elementos e caracterização.
 Sujeitos do contrato de trabalho.
 Empregado e empregador.
 Conceito e caracterização.
 Poderes do empregador no contrato de trabalho.
 Sucessão de empregadores.
 Grupo econômico.
Espécies de contrato de trabalho.
 Contrato individual de trabalho.
 Conceito, classificação e características.

Contratos de Trabalho e Contratos afins.

Fraudes nas relações de emprego.

Segurança e medicina no trabalho.

Atividades perigosas ou insalubres.

Proteção ao trabalho do menor.

Proteção ao trabalho da mulher.

Lei nº 14.611/2023.

Lei nº 14.457/2022.

Direito do Trabalho Desportivo - Lei nº 14.597/2023 e suas alterações - Lei nº 9.615/1998 e suas alterações - Lei nº 14.193/2021 e suas alterações.

Direito coletivo do trabalho.

Conflitos coletivos de trabalho.

Convenções e acordos coletivos de trabalho.

Liberdade Sindical.

Greve.

Súmulas e Jurisprudência do TST e do STF em matéria trabalhista.

Trabalho ilícito e trabalho proibido.

Trabalho decente: conceito e características.

Trabalho escravo: conceito e características.

Trabalho Infantil.

Conceitos, características e piores formas.

Aprendizagem.

Trabalho Infantil artístico.

Meio ambiente do Trabalho.

Conceito, princípios e características.

Acidente de Trabalho e Doenças Profissionais.

Responsabilidade objetiva e subjetiva.

Igualdade de oportunidades e combate à discriminação nas relações de trabalho.

Ações afirmativas.

Assédio sexual, moral e outras violências nas relações de trabalho.

Inclusão de trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho.

Assédio eleitoral no trabalho.

O trabalho na Administração Pública.

Regime jurídico.

Responsabilidades.

Terceirização, trabalho intermitente, trabalho autônomo e outras formas de trabalho.

Responsabilidade do tomador dos serviços.

Direitos humanos do trabalho e empresas.

A dignidade da pessoa humana.

Princípios de Ruggie.

Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.

OIT e ONU.

Principais convenções e tratados internacionais em matéria trabalhista.

Agenda 2030.

Sustentabilidade econômico-social nas relações de trabalho.

Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Princípios do Processo do Trabalho.

Organização e Competência da Justiça do Trabalho.

Procedimentos nos dissídios individuais.

Reclamação Trabalhista.

Jus postulandi.

Arquivamento.

Perempção.

Revelia.

Exceções.

Contestação.

Reconvenção.

Partes e procuradores.

Tutelas provisórias.

Audiência.

Conciliação.

Instrução e julgamento.

Custas e gratuidade de justiça.

Provas no processo do trabalho.

Recursos no processo do trabalho.

Reclamação constitucional.

Intervenção do Ministério Público do Trabalho na qualidade de fiscal da lei.

Atuação do Ministério Público do Trabalho como autor de ações.

Processos de execução.

Liquidação.

Modalidades da execução.

Embargos do executado e impugnação do exequente.

Execução de Termo de Ajuste de Conduta.

Prescrição e decadência no processo do trabalho.

Teoria Geral do Processo coletivo do trabalho.
Microsistema de tutela coletiva.
Ação Civil Pública e Ação Civil Coletiva na Justiça do Trabalho.
Provas.
Coisa julgada.
Dano moral Coletivo.
Tutelas coletivas na Justiça do Trabalho: inibitória e reparatoria.
Ação Anulatória de normas coletivas e de autos de infração.
Ação rescisória no processo do trabalho.
Mandado de segurança no processo do trabalho.
Ação de Consignação em Pagamento no Processo do Trabalho.
Homologação de Transação Extrajudicial.
Dissídios coletivos: conceito, classificação.
Sentença normativa.
Coisa julgada.
Ação de Cumprimento.
Mediação e arbitragem.
Atuação extrajudicial do MPT.
Órgão agente e interveniente.
Inquérito civil.
Notificação Recomendatória.
Prerrogativas processuais da Fazenda Pública em juízo.
Súmulas e Jurisprudência do TST e do STF em matéria processual trabalhista.
Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.

Inscreva-se na **Jornada do MPU** e entre na lista de espera da nossa mentoria:

<https://herbertalmeida.com.br/mpu-a-jornada-da-sua-aprovacao-inscricao/>